



## ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO CMAS, REALIZADO EM 26/04/2016

1  
2 Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do  
3 Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SDS DH –  
4 localizada à sede da Prefeitura do Recife – sexto andar, às quatorze horas e quinze  
5 minutos, em segunda convocação, teve início a Reunião Plenária Ordinária do CMAS, sob  
6 a coordenação da Presidente Maria de Lourdes de Sousa, com a seguinte pauta: 1.  
7 Leitura e aprovação da Ata da reunião plenária do dia 15/03/2016; 2. Emenda  
8 Parlamentar nº 27180014, de autoria do Deputado Federal Augusto Coutinho 3.  
9 Prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social /2015; 4. Criação do grupo  
10 de monitoramento do planejamento do CMAS 5. Formação da Comissão do  
11 Acompanhamento do Programa Bolsa Família 6. Apresentação das demandas das  
12 Comissões: Comissão de Normas e Fiscalização, Comissão de Orçamento e Finanças; 7.  
13 Informes gerais. Estiveram presentes os/as seguintes Conselheiros/as: Maria de Lourdes  
14 de Sousa (Lourdinha) – Casa Menina Mulher – CMM; Rosimery Costa Santos (Suplente)  
15 – Secretária de Saúde; Maria do Socorro Sarmiento (Suplente) – Secretaria de Mobilidade  
16 e Controle Urbano; Paula Carneiro Machado – Secretaria de Educação; Amanda  
17 Cavalcanti Belo – CREFITO; Itamar Sousa de Lima – Conselho Regional de Psicologia -  
18 CRP; Rejane Maria Pereira da Silva – Grupo de Mulheres Cidadania Feminina; Gimilson  
19 Marques da Silva (Suplente) – Conselho Regional de Administração – CRA; Telma  
20 Muniz Soares Barbosa – Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE;  
21 Andréa Silveira Mascarenhas – Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência  
22 de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – APABB; Maria do Livramento de  
23 Aguiar (Lívia) – Instituto Dom Hélder Câmara – Casa Frei Francisco; Anyse Carolyne de  
24 Jesus Rocha dos Santos – Associação Beneficente o Pequeno Nazareno; Rosângela  
25 Maia de Andrade – Instituto de Pesquisa e Estudos da Terceira Idade – IPETI; Adailza de  
26 Oliveira Nascimento – Sociedade Bíblica do Brasil - SBB; Osvaldo Alexandre Celestino  
27 de Amorim – Representante dos Usuários, conforme frequência anexa. Justificaram  
28 ausência os/as seguintes Conselheiros/as: Ana Maria de Farias Liras – IASC/SDSDH, por  
29 motivo de férias; Gabriela Ferreira – Secretaria de Controle Urbano por estar de licença  
30 maternidade; Maria Luisa Vita- Secretaria de Turismo e Lazer, Fernando Lapa, Roberto  
31 José da Silva – OAB e Eliane Castro – Inspetoria Salesiana do Nordeste, por motivo de  
32 outros compromissos de trabalho anteriormente agendados; Elisabete Ferreira de  
33 Almeida Duarte, da Instituição de Caridade Lar Paulo de Tarso, por necessidade de  
34 outros compromissos. A Presidente Maria de Lourdes de Sousa (Lourdinha) iniciou a  
35 reunião saudando a todos/as e apresentou a Pauta a ser seguida e facultou a palavra  
36 caso alguém deseje acrescentar algum ponto de pauta e não havendo, colocou em pauta  
37 o primeiro ponto que foi a leitura e aprovação da ata da reunião plenária ordinária  
38 realizada no dia quinze de março do ano em curso, ocorrida na sala de reuniões do  
39 Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente- COMDICA. Antes, porém, a  
40 Presidente Lourdinha justificou a ausência da Vice-presidente Ana Farias que encontra-  
41 se em férias e expos que logo após a realização da oficina do planejamento do Conselho,  
42 na semana seguinte, encaminhou um ofício para a Secretária da SDS DH, Ana Rita  
43 Suassuna, para que a mesma possa atuar junto às Secretarias que tem assento no  
44 CMAS, solicitando que ela faça uma sensibilização no sentido de garantir a presença  
45 dos/as representantes governamentais que não tem comparecido às reuniões. Nesse  
46 sentido, continuou, algo que chamou bastante atenção foi o esvaziamento dos



47 representantes do governo no Planejamento do Conselho, estando presente apenas Ana  
48 Farias, mas que também não participou em tempo integral por estar envolvida em outro  
49 compromisso. Concluiu que, do governo, apenas Ana Farias é quem está presente em  
50 todas as reuniões, não só na plenária, porque o Conselho não se limita às reuniões  
51 mensais, pois existem outras demandas que precisam ser incorporadas no cotidiano,  
52 afirmou a Presidente. Ressaltou a importância da participação dos/as conselheiros/as às  
53 reuniões chamando a atenção de que a baixa participação no Pleno, bem como nas  
54 Comissões. Em seguida, foi justificada a ausência da Conselheira Lucineide Amorim,  
55 representante da Assobecer, por não ter tomado conhecimento, em tempo hábil, de que o  
56 local desta reunião plenária havia mudado para a Prefeitura do Recife e se dirigiu ao  
57 COMDICA, onde havia sido primeiramente informado como sendo o local da reunião.  
58 Retomando ao ponto de pauta referente à leitura da ata do pleno anterior, foi dada a  
59 palavra a Secretária Executiva Sílvia Marroquim para que esclarecesse a razão pela  
60 qual a ata não ter sido enviada, com antecedência, ao e-mail de todos/as  
61 conselheiros/as, como sempre ocorre. Sílvia informou que houve uma pane no gravador  
62 do Conselho e a tentativa de gravar no celular também falhou. Explicou que construiu a  
63 ata com as anotações que havia feito, no entanto, algumas falas não puderam ser  
64 registradas com fidelidade sem a gravação e que diante da importância de ter o registro  
65 de tudo o que foi tratado, foi solicitada a colaboração de algumas conselheiras para  
66 complementar suas falas, que pelo motivo exposto, não foram registradas e assim  
67 assegurar a fidelidade do que foi dito. No entanto, não se conseguiu que o repasse  
68 chegasse em tempo hábil para a elaboração da ata. A Presidente orientou então que seja  
69 feito o repasse por e-mail, tão logo seja finalizada e ficará para ser aprovada na próxima  
70 reunião. Dando prosseguimento, passou-se ao segundo ponto de pauta referente à  
71 aprovação da Proposta nº 011522/2016 para Estruturação da Rede de Serviços de  
72 Proteção Social Especial - Aquisição de Material de Consumo, referente à Emenda  
73 Parlamentar nº 27180014, de autoria do Deputado Federal Augusto Coutinho. Foi  
74 explicado que esse ponto havia sido aprovado *Ad Referendum* pela Comissão de  
75 Orçamento e Finanças e aprovado no Pleno passado ocorrido no COMDICA, quando  
76 participaram e esclareceram do que se tratava por Roberta Farias, Gerente de  
77 Planejamento, Contratos e Convênios da SDDSH e Giselle Feitosa, Chefe de Setor de  
78 Convênios e Prestação de Contas da SDDSH, e diz respeito a uma emenda parlamentar,  
79 direcionada pelo Deputado Federal Augusto Coutinho e que a proposta, aprovada pelo  
80 Conselho foi para aquisição de equipamentos /materiais de serviços, no entanto, por um  
81 erro ocorrido no comitê, pela própria Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, foi  
82 apresentado como bens (mesa, cadeira etc.), quando na verdade se trata de material de  
83 consumo (material de expediente, de higiene, de uso pessoal e de limpeza). A Presidente  
84 Lourdinha destacou que mais uma vez foi necessária a aprovação *Ad Referendum*, e  
85 mais uma vez reiterou para as pessoas responsáveis quanto à importância de se respeitar  
86 a agenda do Conselho e se sente muito incomodada em estar aprovando coisas que são  
87 para ser discutidas e decididas no coletivo. Destacou ainda que no mês de março foram  
88 feitas duas aprovações *Ad Referendum*. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) pediu  
89 a palavra para consultar se em casos como esse poderia ser convocado um Pleno  
90 extraordinário, e como foi dito que sim, a mesma conselheira propôs que seja utilizado  
91 esse recurso, porque sempre chega essa situação de emergência, no entanto a  
92 emergência não é do Conselho e sim da gestão. Continuando, a conselheira Lívia



93 destacou que uma semana antes do planejamento do CMAS a mesma participou de um  
94 encontro na Prefeitura do Recife, no décimo quinto andar e a presença de conselheiros/as  
95 governamentais era maciça. Em sequência foi dada a palavra a Roberta Farias, Gerente  
96 de Planejamento, Contratos e Convênios da SDSDH e Giselle Feitosa, Chefe de Setor  
97 de Convênios e Prestação de Contas da SDSDH, para explicações quanto a alteração da  
98 proposta da emenda Parlamentar de aquisição de material de consumo para aquisição de  
99 material de expediente o que foi feito. Roberta Farias e Giselle Feitosa destacaram que  
100 a reunião com a Comissão de Orçamento e Finanças, em que seria apresentada a  
101 modificação da proposta, foi desmarcada. A Presidente Lourdinha reiterou nesse sentido  
102 que foi desmarcada por falta de quórum, estando presentes apenas dois/duas  
103 conselheiras representantes da sociedade civil e reafirmou a importância do  
104 comparecimento de conselheiros/as aos compromissos assumidos com as comissões.  
105 Retomando a fala a Sra. Roberta Farias reafirmou que foi desmarcada por falta de  
106 quórum e que havia um prazo até a tarde daquela data, de modo que, para evitar  
107 prejuízos para a cidade do Recife foi pedida a utilização do recurso de *Ad Referendum*.  
108 Nesse sentido a Presidente Lourdinha registra a ausência neste Pleno de hoje, quando a  
109 Conselheira Ana Farias está de férias, então esperava a presença de Ana Rita Suassuna  
110, que é a suplente, no entanto a mesma não compareceu nem justificou a sua ausência.  
111 Retomada a palavra pela Sra. Roberta Farias, a mesma explicou que o projeto que ora se  
112 apresenta é apenas um primeiro passo, visto ser uma proposta. Giselle Feitosa  
113 complementou que foi detectado em tempo o erro, porque se não houvesse essa  
114 correção apresentada hoje o que haveria era a reprovação porque a proposta é custeio e  
115 o que estava posto antes era investimento. Esse primeiro momento é apenas para que se  
116 possa concorrer a uma emenda parlamentar e ainda vai passar pelo MDS que foi quem  
117 estabeleceu o prazo, e caso se perdesse esse prazo, não haveria oportunidade de  
118 participar nem desse primeiro momento. A Presidente Lourdinha consultou todos/as se  
119 houve a compreensão do que se trata e se as senhoras Roberta e Giselle ainda teriam  
120 algo a acrescentar. Nada mais havendo a acrescentar a resolução foi ratificada o *Ad*  
121 *Referendum*. Ato contínuo passou-se ao terceiro ponto de pauta: **Prestação de Contas**  
122 **do Fundo Municipal de Assistência Social que foi encaminhado para o TCE**. A  
123 Presidente Lourdinha explicou que foi feita uma vasta análise pela Comissão de  
124 Orçamento e Finanças, tendo ocorrida duas reuniões e solicitadas explicações e  
125 documentações comprobatórias. Declarou que a Comissão teve muitas dúvidas, mas que  
126 com os esclarecimentos necessários, conseguiu entender todo o processo, tendo assim  
127 propriedade para recomendar a aprovação da referida prestação de contas. Após os  
128 esclarecimentos, a Presidente Lourdinha convidou Ester Martins Pereira e Silvio,  
129 representantes da Gerência Geral de Administração e Finanças para apresentar a  
130 prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social relativa ao exercício 2015.  
131 A Presidente Lourdinha informou que a Comissão de Orçamento e Finanças fez algumas  
132 sugestões de mudanças na nomenclatura dos formulários das prestações de contas para  
133 facilitar o entendimento da Comissão, as quais foram acatadas. Nesse sentido chamou a  
134 atenção para a importância dos conselheiros/as terem uma formação em orçamento para  
135 poderem atuar com maior propriedade, para manusear as peças com um mínimo de  
136 entendimento. Afirmou que no caso da Comissão de Orçamento e Finanças, a  
137 coordenadora Elizabete Duarte vem de experiência na área contábil, em empresas de  
138 grande porte, de modo que possui um “know how” que facilita as decisões da comissão.



139 Com isto, continuou, a citada conselheira contribui bastante, pois analisa criteriosamente  
140 as prestações de contas , subsidiando o parecer da comissão. Informou que a  
141 Conselheira Sandra Cavalcanti, representante da SEPLAG passou a fazer parte desta  
142 comissão, após haver insistido, junto ao governo, para que houvesse a integração de  
143 um/uma representante governamental na Comissão de Orçamento e Finanças , visto que  
144 esta comissão não pode aprovar as prestações de contas apenas contando com  
145 conselheiros da sociedade civil . Dando prosseguimento foi pedida uma apresentação por  
146 Silvio Cabral Santos Lira, para que houvesse uma compreensão maior de todos/as a  
147 respeito do que foi apresentado na Comissão de Orçamento e Finanças. O mesmo  
148 apresentou a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social relativa ao  
149 exercício 2015, já referida, detalhando com o auxílio de gráficos, o que já foi apresentado  
150 para a Comissão Orçamento e Finanças, tanto a previsão como a forma de  
151 movimentação e explicando também que a previsão não significa que vai ter o recurso  
152 para executar, expondo a diferença entre previsão e movimentação financeira, segundo a  
153 qual poderá ter que ser feito ajuste, com o fim de se adequar os gastos aos recursos  
154 existentes. Desse modo, Silvio fez um demonstrativo dos valores movimentados e o modo  
155 como é feita a movimentação financeira, de forma sucinta, dado que tudo foi bem  
156 detalhado para a Comissão de Orçamento e Finanças. O Conselheiro Osvaldo Amorim  
157 perguntou se há a possibilidade de ter acesso às planilhas apresentadas e foi explicado  
158 que foi feito o detalhamento em dois encontros com a Comissão de Orçamento e  
159 Finanças. Então, o conselheiro perguntou se o Pleno também pode ter acesso e foi  
160 respondido que sim, mas, segundo Silvio, ele está explicando porque essa apresentação  
161 não está repetindo o mesmo detalhamento feito para a comissão. Nesse sentido a  
162 Presidente Lourdinha reforçou a importância, tanto da Publicização como principalmente,  
163 de ser feita a consulta contínua por parte de todos/as com o devido empoderamento, e  
164 reforçou mais uma vez a importância de que todos/as tenham a prática consultar e  
165 acompanhar ao longo do ano o Planejamento estratégico construído para o CMAS. A  
166 Conselheira Socorro Sarmiento destacou a importância e mesmo o dever de como  
167 cidadãos consultar os meios de divulgação como o Portal da Transparência. Após  
168 discussões , a Presidente Lourdinha colocou em votação, explicando que a prestação de  
169 contas ora apresentada, que já foi aprovada na Comissão de Finanças, precisa ser  
170 referendada no Pleno. Também deu oportunidade para qualquer manifestação ou  
171 observação. A Conselheira Lívia, mencionou que, apesar de ter acompanhado as  
172 apresentações na Comissão de Finanças e acompanhar a orientação para aprovação da  
173 prestação de contas em debate, não sente segurança no sentido de ter a compreensão  
174 plena do que é apresentado, por isso considera indispensável que seja realizada a  
175 capacitação já prevista , na área de orçamento e finanças. Dada mais uma vez  
176 oportunidade para manifestação contrária ou alguma restrição ou ainda, alguma  
177 recomendação, não havendo, a referida prestação de contas foi referendada por  
178 unanimidade. A Presidente Lourdinha pediu que seja registrada para o Pleno e em ata,  
179 como recomendação, a importância de ser garantido tempo hábil para apreciação, de no  
180 mínimo setenta e duas horas para convocação e a devida mobilização de conselheiros/as,  
181 sobretudo quando se trata de prestação de contas na área financeira, evitando o atropelo  
182 em análises colocadas com urgência. Ato contínuo, passou-se ao quarto ponto de pauta  
183 referente a **Criação do Grupo de Monitoramento do Planejamento do CMAS** a  
184 Presidente Lourdinha explicou a importância dessa comissão, com o fim de evitar o





185 engavetamento desse documento tão importante para o melhor andamento do Conselho  
186 ao longo do ano. Dentro da proposta de criação dessa comissão, já foi indicado para sua  
187 composição a representação dos coordenadores das comissões permanentes. Lourdinha  
188 destacou ainda que isso não inviabiliza a participação de outro/a conselheiro/a que  
189 deseje se integrar a este grupo que se propõe a monitorar por ação e que a cada Pleno  
190 seja apresentado o andamento do monitoramento de modo a ficar mais próximo da  
191 execução das ações. Ou seja, não precisa esperar um ano para avaliar o que está sendo  
192 realizado. Por outro lado, essa ação de apresentar no Pleno tem sua importância porque  
193 dá oportunidade, a quem não faz parte daquela comissão, dar a sua contribuição. A  
194 Presidente Lourdinha lembrou que o monitoramento se refere ao último eixo do Plano  
195 Estratégico, o qual todos/as Conselheiros/as receberam cópia. Nesse sentido, elogia a  
196 atuação da facilitadora Lyra, que propiciou um entendimento e uma excelente construção.  
197 A Conselheira Lívia também reforçou a importância do monitoramento, na busca por  
198 trabalhar com a previsibilidade necessária e evitar ações emergenciais, destacando que  
199 normalmente não existe a prática do monitoramento causando deficiência na atuação. A  
200 Presidente Lourdinha retomou a proposta, fazendo um levantamento de como estaria  
201 composta essa comissão, sendo: pela Comissão de Finanças, a Conselheira Elizabete  
202 Duarte, pela Comissão de Normas e Fiscalização, a Conselheira Adailza Oliveira e pela  
203 Comissão de Articulação Política seria a Conselheira Ana Farias. No entanto, a mesma já  
204 compõe a Mesa Diretora como Vice-presidente, juntamente com Lourdinha, de modo que  
205 necessariamente já fazem parte da comissão, e ainda, uma representante da equipe  
206 técnica. Após discussões, o Grupo de Monitoramento ficou assim composta: Elizabete  
207 Duarte – Lar Paulo de Tarso; (coordenadora da Comissão de Orçamento e Finanças);  
208 Conselheira Adailza Oliveira – SBB (coordenadora da Comissão de Normas);  
209 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) IDHEC – (representando a Comissão de  
210 Articulação e Política); Conselheiro Osvaldo Amorim – representante da categoria de  
211 usuários; Ana Farias e Lourdinha – Diretoria Executiva; posteriormente será definido por  
212 Lourdinha e Silvia qual das técnicas do CMAS será designada. A Conselheira Rejane  
213 Pereira retomou a palavra para retomar o assunto referente à aprovação da prestação de  
214 contas do Fundo Municipal, tratado no terceiro item da pauta, afirmando que ainda fica  
215 confuso para ela e pede que lhe seja remetido por escrito, bem detalhadamente. A  
216 Presidente Lourdinha explicou que esse demonstrativo é mais abrangente pois diz  
217 respeito a todas as ações da SDSDH e todos os recursos do FMAS. A Conselheira  
218 reiterou que quer receber detalhadamente o demonstrativo do fundo da cidade do Recife.  
219 Ficou acertado que será enviado para o e-mail da Conselheira Rejane Pereira a planilha  
220 solicitada. Ato contínuo passou-se ao quinto ponto que referente à **Criação da Comissão**  
221 **do Acompanhamento do Programa Bolsa Família** – a Presidente Lourdinha destacou  
222 que já existe uma demanda retida, urgente, para esta comissão. Ainda com a palavra, a  
223 mesma questionou se o Bolsa Família é vinculada ao Bolsa Escola. A Conselheira  
224 Rosimary Costa Santos - Secretaria de Saúde esclareceu que em algumas situações, de  
225 acordo com a avaliação quanto às condicionalidades, quando um/a estudante tem direito  
226 ao Bolsa Escola e a família já recebe o Bolsa Família, esse/a estudante recebe a  
227 complementação que é feita pela PCR. Em seguida, a Conselheira Rejane Pereira pediu  
228 para voltar à questão da prestação de contas, e que solicitou que ficasse registrado que  
229 deseja receber discriminado o que significa cada item, como por exemplo, serviços de  
230 terceiros, quem são esses terceiro e assim por diante, item por item, que lhe remeta em



231 documento. “Principalmente como foi que essas entidades chegaram aqui”, referindo-se  
232 às entidades conveniadas com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Solicitou que a  
233 prestação de contas seja mais detalhada. A Secretária Executiva do CMAS ficou  
234 encarregada de encaminhar os documentos solicitados, por e-mail, para a Conselheira  
235 Rejane Pereira. Ainda com respeito aos esclarecimentos sobre o Bolsa Escola e Bolsa  
236 Família, a Conselheira Rosimary Santos informou que tentou um contato telefônico com  
237 Morgana Maranhão, que é responsável pelo programa Bolsa Família, porém, percebeu  
238 que é muito complexa a explicação acerca das informações, assim sugeriu que seja  
239 convidada Morgana, Angélica e Anália, responsáveis pelo Programa Bolsa Família na  
240 cidade do Recife, para que as mesmas apresentem e sejam arguidas acerca do tema pois  
241 as mesmas têm o domínio de todo o programa e suas condicionalidades. O Conselheiro  
242 Osvaldo Amorim também expressou a necessidade de ouvir maiores esclarecimentos a  
243 respeito dessa política. Voltando à escolha de participantes para a comissão proposta, se  
244 dispuseram a participar da mesma, os/as seguintes Conselheiro/as: Osvaldo Amorim,  
245 Adailza Oliveira, Rosimary Santos, Rosângela Maia; Paula Carneiro, Itamar Lima Júnior  
246 e Anyse Carolyne. A Presidente Lourdinha sugeriu que já fosse agendada uma data da  
247 primeira reunião dessa comissão, aproveitando a sugestão de Rosimary, para ouvir  
248 Morgana ou Anália ou Angélica, de modo a se apropriar de uma base de informações, e,  
249 a partir daí traçarem uma estratégia. Depois, essa mesma pessoa, ou uma delas, também  
250 viria ao Pleno, de modo que todos/as recebam as informações. Desse modo, ficou  
251 acordado com a anuência dos/as componentes já referidos, para o dia dezesseis de maio,  
252 às quatorze horas, na Sala da Secretaria Executiva do do CMAS, a primeira reunião da  
253 Comissão do Acompanhamento do Programa Bolsa Família. Passou-se então ao sexto  
254 ponto da pauta referente a **apresentação das demandas das Comissões: Comissão**  
255 **de Normas e Fiscalização.** A Conselheira Rejane Pereria pediu a palavra para fazer uma  
256 ressalva a respeito desta comissão da qual a mesma faz parte. A conselheira pede que  
257 seja feita uma mudança no horário das reuniões da Comissão de Normas para o período  
258 da tarde, ou pelo menos que haja revezamento, um mês pela manhã, o seguinte à tarde,  
259 pois a mesma não tem participado por impedimento de trabalho. Outra possibilidade  
260 colocada pela conselheira, é o dia de quarta-feira, quando a mesma tem a agenda livre. A  
261 Presidente Lourdinha aproveitou o ensejo para trazer informações acerca das mudanças  
262 ocorridas na Comissão de Normas e Fiscalização, a começar pela saída de Marcos  
263 Mucarbel, que não mais integra o CMAS como representante do CRP, o então  
264 Coordenador desta citada comissão. Outra mudança é a saída também da Conselheira  
265 Adailza Oliveira da coordenação da Comissão de Normas, a mesma havia assumido a  
266 coordenação no lugar de Marcos, porém, expressou que dará uma melhor contribuição na  
267 Comissão de acompanhamento do Programa Bolsa Família. A Presidente Lourdinha  
268 explicou que já havia ocorrido mudança no horário e dia da reunião, justamente para  
269 alinhar-se aos horários disponíveis dos seus membros, de modo que passou a ocorrer  
270 nas penúltimas quintas-feiras do mês pela manhã. A Conselheira Rejane Pereira retomou  
271 a palavra reiterando que o único dia da semana em que a mesma não trabalha pela  
272 manhã é a quarta-feira. Que inclusive na reunião anterior já havia trazido esta sua  
273 demanda. A Presidente Lourdinha retomou a palavra destacando que deve ser  
274 considerada esta questão, que deverá ser tratada na próxima reunião desta comissão que  
275 já está agendada para o próximo dia dezoito de maio, e se comprometeu de que neste  
276 encontro fica esta demanda para tomada de decisão pelo grupo. Ainda nesse sentido,



277 trouxe uma reflexão para que todos/as estejam atentos/as à agenda que for ajustada para  
278 não se confundir e resultar em esvaziamento dos encontros. A Conselheira Lívia,  
279 destacou que isso tem que ser visto pela maioria dos/as componentes. A Presidente  
280 Lourdinha passou a palavra para a Conselheira Adailza, para apresentar as demandas  
281 das entidades, tanto solicitação de inscrição , quanto monitoramento. Foram  
282 apresentadas as para inscrição as seguintes entidades: 1. NASCE – Núcleo de  
283 Assistência Social Emanuel, cujo parecer, tanto da equipe técnica como da comissão foi  
284 favorável à inscrição. Adailza complementou as informações fazendo um resumo a  
285 respeito do trabalho da entidade. Tendo em vista a necessidade sentida por  
286 alguns/algumas conselheiros/as, de maior subsídio para uma tomada de decisão, a  
287 Presidente Lourdinha pediu que a partir do próximo Pleno, as entidades a serem  
288 apresentadas, seja para habilitar ou para desabilitar, que a equipe técnica providencie um  
289 pequeno resumo para facilitar a compreensão e posicionamento. Foi aprovada a inscrição  
290 da entidade por unanimidade. A segunda entidade apresentada para inscrição foi a Cores  
291 do Amanhã, que também teve o parecer favorável, tanto da equipe técnica como da  
292 comissão. Flávia Pedrosa, Técnica do CMAS , complementou as informações acerca da  
293 entidade. A inscrição foi aprovada por unanimidade. O próximo pedido de inscrição foi da  
294 Fundação Projeto Pescar .Esta inscrição é referente ao projeto porque a sede se localiza  
295 em Porto Alegre- RS.A mesma pertence ao Grupo Gerdau. A inscrição foi aprovada com  
296 a abstenção da Conselheira Rejane Pereira . Outro pedido de inscrição diz respeito à  
297 entidade Oásis da Liberdade que está sendo trazida ao Pleno porque foi retomada a  
298 discussão na comissão após a nova visita realizada, desta feita com a participação de  
299 duas conselheiras, Rejane pereira e Lívia. A Presidente Lourdinha fez uma explanação de  
300 toda a discussão ocorrida na comissão, para situar a razão de não poder ser negada a  
301 inscrição da entidade, uma vez que a sede se situa em Santo Amaro, RPA um, tem  
302 atuação reconhecida e comprovada naquela comunidade. A proposta é para que seja  
303 aprovada a inscrição da entidade fazendo a ressalva que se trata apenas do projeto  
304 efetuado em Santo Amaro, excluindo-se a Comunidade Terapêutica em Igarassu. A  
305 Conselheira Rejane Pereira interveio para destacar que a citada instituição não  
306 desenvolve trabalho de assistência social pois se trata de uma proposta que é mantida  
307 por um Vereador. A Assistente Social Flávia, que foi a técnica responsável por todas as  
308 visitas também fez uso da palavra reiterando o que já foi explanado por Lourdinha, dando  
309 conta de que, de fato, o trabalho voltado para usuários de drogas não está sendo  
310 referendado, visto se tratar de Comunidade Terapêutica. Porém, não é possível negar  
311 inscrição à entidade, levando em conta o trabalho realizado em Santo Amaro, visto que  
312 funciona dentro dos parâmetros impostos pela Resolução 14/2014 do CNAS. Em face de  
313 não haver um entendimento coeso em torno de uma aprovação desta inscrição, ficou  
314 acordado que a entidade será chamada para uma conversa na Comissão de Normas e  
315 Fiscalização, já na próxima reunião do dia dezoito do corrente. Ainda foi feito o relato  
316 do pedido de inscrição da entidade Mirim Brasil, cujo parecer da Assistente Social Elza  
317 Figueiredo foi desfavorável, visto que não conseguiu encontrar a referida entidade no  
318 endereço, oferecido pela mesma na documentação apresentada, onde foi constatado  
319 tratar-se de um empresarial e se confirmou que a entidade dispõe de uma sala naquele  
320 empresarial, mas não havia ninguém lá no momento da visita . Como houve manifestação  
321 em defesa da entidade, ficou deliberado que será buscado novo contato para posterior  
322 visita. Passou-se a dar o informe das visitas de monitoramento que foram quatro: 1. Casa



323 Marcelo Asfora, a qual foi constatado que funciona dentro do proposto, razão pela qual, o  
324 parecer da técnica Flávia é favorável à manutenção da inscrição, também recomendada  
325 pela Comissão de Normas e Fiscalização. As entidades seguintes não estão mais em  
326 funcionamento e foi dado parecer no sentido do cancelamento da inscrição. São elas :  
327 Casa Redentorista Nordestina, que na visita feita pela Assistente Social Elza teve a  
328 informação de que não está funcionando, o que foi informado pelo Padre Geraldo,  
329 responsável pelo trabalho; CAMAMI – Centro Comunitário do Alto Maracanã Mirim, outra  
330 entidade visitada que não está mais funcionando e por fim, a Creche Nossa Senhora dos  
331 Remédios. Em todas as visitas foi pedido o envio de correspondência com comunicado  
332 oficial de aviso do encerramento das atividades. Dando continuidade, passou-se ao  
333 sétimo ponto de pauta, referente aos **Informes** gerais. Foi iniciado pela Presidente  
334 Lourdinha, para registrar lamentando profundamente o falecimento da Conselheira Inez  
335 Leitão de Lemos, ocorrido no dia três deste mês. Este falecimento é registrado como uma  
336 perda de uma conselheira presente, comprometida com a área social. A Conselheira Inez  
337 representava o Lar do Nenen, a qual foi encaminhado ofício pedindo substituição da  
338 conselheira, no entanto a entidade enviou ofício em resposta, informando que em virtude  
339 de reformulação na diretoria da citada entidade não haverá indicação nesse sentido.  
340 Tanto o ofício do CMAS ao Lar do Nenen como a carta que a mesma entidade enviou em  
341 resposta ao CMAS foram lidos para conhecimento de todos/as. Diante disso, e cumprindo  
342 o previsto, foi feito o remanejamento, passando a Conselheira Elizabete Duarte,  
343 representante do Lar Paulo de Tarso, que ocupava a suplência passou à titularidade. E  
344 pela ordem de votação, a entidade CESC Coqueiral passou a ocupar a suplência. A  
345 Secretária Silvia Marroquim irá enviar ofício à entidade solicitando a indicação do/a  
346 seu/sua representante. Seguindo com os informes a Presidente Lourdinha apresentou  
347 dois convites recebidos, sendo o primeiro da Cáritas Nordeste 2. Esgotada a pauta e nada  
348 havendo a tratar, a Presidente Lourdinha encerrou a reunião às dezesseis horas. E, para  
349 que tudo fique devidamente documentado, eu, Silvia Marroquim, Secretária Executiva do  
350 CMAS, redigi e digitei a presente ata, que, após lida e achada conforme, será aprovada  
351 pelo Pleno do CMAS.